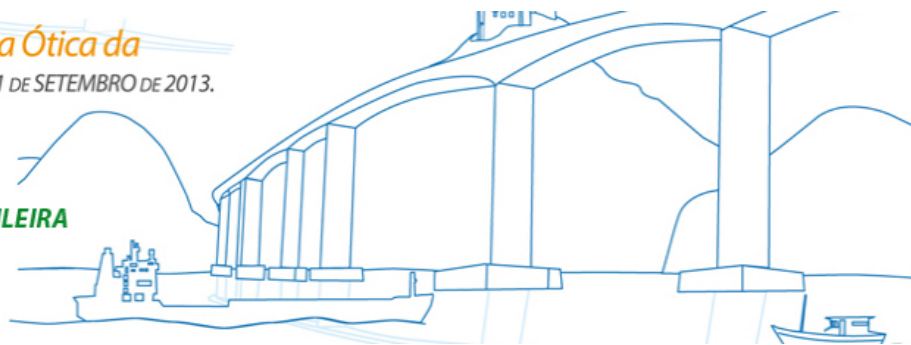


*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da  
Economia Ecológica.* VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.  
*Hotel Vitória Grand Hall*

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA  
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



**X ENCONTRO DA ECOECO**

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

---

O CRESCIMENTO POPULACIONAL E AS POLÍTICAS DE CONTROLE E PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL.

**Odair Deters** (UCS) - [odeters@rge-rs.com.br](mailto:odeters@rge-rs.com.br)

*Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul e estudante de pós-graduação*

**Maria Carolina Rosa Gullo** (UCS) - [MCRGullo@ucs.br](mailto:MCRGullo@ucs.br)

*Doutorado em Economia pela UFRGS e Professora na Universidade de Caxias do Sul – RS*

# **O CRESCIMENTO POPULACIONAL E AS POLÍTICAS DE CONTROLE E PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL**

## **F) Crescimento e Meio Ambiente**

### **POPULATION GROWTH AND CONTROL POLICIES AND FAMILY PLANNING IN BRAZIL.**

**RESUMO:** Analisar-se-á o crescimento populacional e as políticas de controle e planejamento familiar no Brasil. Para tanto, a pesquisa apresenta os pensamentos malthusiano e marxista que são diametralmente opostos, mas trazem suas determinantes para o crescimento populacional. Discutir-se-á; tanto nas obras de Thomas Malthus e de Karl Marx, quando interessados no crescimento populacional, como na de diversos autores contemporâneos, quando trabalham os aspectos deste crescimento e as políticas de controle e planejamento familiar impostas.

**ABSTRACT:** Population growth, control policies and family planning in Brazil will analyze in this paper. Therefore, the research shows the Malthusian and Marxist thoughts that are diametrically opposed, but bring their determinants for population growth. It will be discussed, both in the works of Thomas Malthus and Karl Marx, when interested in population growth, as in several contemporary authors, when they work aspects of this growth, the control policies and family planning imposed

**PALAVRAS-CHAVE:** Crescimento populacional; Políticas de controle e planejamento familiar; Marxismo x Malthusianismo.

**KEYWORDS:** Population growth; Control policies and family planning; Marxism x Malthusianism.

## **INTRODUÇÃO**

Envolvendo o crescimento populacional duas teorias polêmicas e inspiradoras permanecem em oposição até os dias que correm. De um lado temos Thomas Malthus e sua reflexão subjetivista e idealista de um economista e sacerdote cristão, representante de uma importante fração da classe dominante, e de outro lado, Karl Marx e sua reflexão objetivista e materialista de um filósofo maldito em seu tempo e considerado representante do proletariado ou da classe oprimida.

Independente do êxito conseguido pelos reformadores até os fins do século XVIII, em suas tentativas de modificar o capitalismo, a atual estrutura de proprietários ricos e trabalhadores pobres reapareceria inevitavelmente. Essa divisão de classes era para o

economista Thomas Malthus: uma consequência inevitável da lei natural. E que a pobreza e o sofrimento abjeto eram o destino inevitável da maioria das pessoas, em toda sociedade. Além do mais, as tentativas de atenuar a pobreza e o sofrimento, por mais bem intencionadas que pudessem ser, eram imprudentes e tornariam a situação pior, e não melhor. O segundo tema dominante era que quase todas as pessoas eram impelidas por um desejo quase que insaciável de prazer sexual, para Malthus: a atração sexual entre os sexos é necessária e manter-se-á aproximadamente no seu estado atual e que, por isso, as taxas de reprodução, quando incontidas, levariam a aumentos em progressão geométrica da população.

A resposta mais imediata e óbvia era que a população de qualquer território era limitada pela quantidade de alimentos, por este ser necessário para a existência do homem. Embora Malthus estivesse consciente de que, com mais trabalho e melhores métodos de produção de alimentos, os seres humanos poderiam aumentar o nível de produção de alimentos, afirmava que era quase certo que os aumentos conseguidos em cada geração seriam cada vez menores, em determinado território. Achava que a produção de alimentos poderia aumentar em progressão aritmética, quer dizer, cada geração só poderia aumentar a produção em quantidade mais ou menos equivalente ao aumento conseguido pela geração anterior. Então, se não houvesse qualquer outro controle, a fome acabaria limitando o crescimento populacional à taxa máxima segundo a qual pudesse ser aumentada a produção de alimentos. Reside aqui a argumentação de Malthus em que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética.

Nos séculos posteriores o pensamento de Malthus continua tendo forte influência, principalmente no período pós 2ª Guerra Mundial, onde o crescimento populacional acelerado nos países subdesenvolvidos, fez despertarem os adeptos de Malthus chamados de neomalthusianos. E estes associaram-se a aplicação de políticas de controle de natalidade e ambientalistas.

Passados mais de dois séculos após a formulação das teorias de Malthus e de Marx envolvendo o crescimento populacional e sua insuficiência de alimentos no mundo, o problema continua preocupando economistas e cientistas políticos do mundo atual.

O objetivo deste trabalho é uma exposição teórica e empírica, do neomalthusianismo contracenando com o marxismo quando de suas abordagens envolvendo o crescimento populacional, analisando para isto o crescimento populacional no Brasil.

## 1. CRESCIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL

Entre fins do século XVIII e princípios do século XIX, o economista Thomas Malthus, tomando por base um dado grau de prosperidade obtido pela economia, preocupou-se em saber como a população se adaptaria a este grau, e disso resultaram suas célebres progressões, uma aritmética, representando o aumento dos meios de subsistência; e outra, geométrica, representando o crescimento da população<sup>1</sup>. Em consonância com as ideias de

---

<sup>1</sup> MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a população**. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo – SP, 1996.

Malthus<sup>2</sup>, alguns autores atuais mantêm que a relação entre crescimento da população e o acarretamento de problemas econômicos, em seu aspecto mais geral, estabelece uma relação entre o volume da população de um lado e, de outro, o grau de prosperidade atingido pela economia de um povo<sup>3</sup>.

A visão malthusiana geralmente considera que o crescimento populacional implica necessariamente num ônus para qualquer economia, senão por outras razões, ao menos por que os seres humanos vêm a este mundo primeiro como consumidores e só mais tarde como produtores<sup>4</sup>.

Embora complexa e com variados pontos de discordância entre autores no transcorrer dos séculos, a relação do tamanho da população com a economia mostra-se evidente, apresentando-se como um problema de fundamental importância.

Sergey Kapitza<sup>5</sup>, membro do Clube de Roma, relata<sup>6</sup> que: *Of all the global problems looming on our common horizon that of population growth comes first. It sets the scene for considering major issues of social and economic development of science, education and art of growth and security*<sup>7</sup>.

Neste cenário, o Brasil, atualmente, apresenta-se como o quinto país mais populoso do mundo, ficando atrás apenas da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Essa colocação foi alcançada devido à ocorrência de um rápido e intenso crescimento demográfico. O crescimento brasileiro intensificou-se a partir do final do século XIX, devido ao aumento considerável das taxas de crescimento natural ou vegetativo e às taxas de imigração<sup>8</sup>.

Contudo, dentre os fatores, o crescimento vegetativo<sup>9</sup>, parece apresentar-se como o fator mais importante do aumento populacional brasileiro.

---

<sup>2</sup> MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua aplicação prática**. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo – SP, 1996.

<sup>3</sup> CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. Publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 18ª edição. São Paulo. 1981

<sup>4</sup> SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 3ª Ed.– São Paulo: 1980.

<sup>5</sup> Sergei Petrovich Kapitsa (Rússia) Entre outras atividades, é professor de física no Instituto de Física e Tecnologia de Moscou e membro do Clube de Roma. Atualmente ele está envolvido em estudos de dinâmica da população mundial e tem extensa publicação sobre ciência e sociedade.

<sup>6</sup> KAPITZA, Sergey P. **Global Population Blow-up and After: The Demographic Revolution and Sustainable Development**. Bulletin of the Georgian National Academy of Sciences, vol. 3, no. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org>> Acessado em: 05 de março de 2011.

<sup>7</sup> Tradução do autor: De todos os problemas globais que pairam no nosso horizonte comum o crescimento populacional vem em primeiro lugar. Ele prepara o cenário para considerar as principais questões de desenvolvimento econômico e social, da ciência, educação e arte, de crescimento e segurança.

<sup>8</sup> SIMIELLI, Maria Elena. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2000

<sup>9</sup> Crescimento vegetativo ou natural é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade de um determinado local ou país geralmente expressa em porcentagem.

Tabela 1: Crescimento da População Brasileira

<b>Brasil - Recenseamentos</b>	
<b>Ano</b>	<b>População</b>
1872	9.930.478
1880	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.165.289
1950	51.941.767
1960	70.070.457
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
2000	169.799.170
2005	184.184.264
2010	190.732.694

Fonte: Elaborado pelo próprio autor. FDB: IBGE (2010)

No último século, a população brasileira aumentou e se multiplicou por dez: em 1900, residia no Brasil cerca de 17 milhões de pessoas e, no ano 2000, quase 170 milhões. Desde o primeiro recenseamento (1872) ocorreram várias mudanças no padrão da evolução demográfica brasileira. Até o início da década de 1930 o crescimento da população do Brasil contou com forte contribuição da imigração. A partir de 1934, estabeleceram-se os limites à entrada de imigrantes. O aumento da população dependeu, então, principalmente do crescimento vegetativo<sup>10</sup>.

No entanto, foi depois da Segunda Guerra Mundial que o crescimento tornou-se acelerado, devido à diminuição das taxas de mortalidade. Isso é explicado por fatores como a expansão do saneamento, campanhas de vacinação em massa, acesso a medicamentos básicos etc<sup>11</sup>.

A maior aceleração de aumento da população brasileira ocorreu durante a década de 50. Naquele período, a população cresceu a uma média de 3,0% ao ano, correspondendo a um acréscimo relativo de 34,90% no efetivo populacional. Nessa época, enquanto a mortalidade acentuava seu processo de declínio, a fecundidade mantinha-se em patamares extremamente elevados. Posteriormente teve início um processo de desaceleração do crescimento em função de uma queda inicialmente tímida da fecundidade, o que fez com que a taxa de crescimento fosse inferior a 2,5% ao ano na década de 70. Na década de 80, em

<sup>10</sup> MENDONÇA, Cláudio. Crescimento, **Fecundidade e outros dados demográficos**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u19.jhtm>> Acessado em: 05 de maio de 2011.

<sup>11</sup> MENDONÇA, Cláudio. Crescimento, **Fecundidade e outros dados demográficos**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u19.jhtm>> Acessado em: 05 de maio de 2011.

consonância com a transição para níveis de fecundidade mais baixos, intensificou-se o declínio na taxa de crescimento (1,9% ao ano), até chegar ao período 1991-1996, com uma taxa ligeiramente inferior a 1,4% ao ano. A série de censos brasileiros mostrou que a população vem experimentando sucessivos aumentos em seu contingente, embora a velocidade deste crescimento venha diminuindo progressivamente nas últimas décadas, refletindo a continuidade do declínio da fecundidade e, em diversos casos, na redução absoluta do número de nascimentos.

Está evidenciado que os países que passam por uma taxa máxima de crescimento na transição demográfica caminham para uma estabilização da população. Isso tem sido bem observado nos países desenvolvidos, principalmente na Europa. No entanto, este mesmo fator passa a ser observado nos países em desenvolvimento, mas mesmo com o declínio das taxas de natalidade a população continua a crescer, sobretudo onde a pobreza continua acentuada<sup>12</sup>.

Uma das taxas com maior influência no crescimento populacional é a taxa de fecundidade, a qual abordar-se-á em detrimento a outras como a de natalidade também comum nos censos, pelo motivo de que a taxa bruta de natalidade é um índice grosseiro, pois engloba pessoas que não podem ter filhos, isto é, crianças e uma parte de idosos, e os que podem tê-los. Quando há possibilidade, é preferível substituí-la por outros índices, em particular por taxas de fecundidade geral por idade<sup>13</sup>. A fecundidade não se destaca como um objeto de estudos independentes, porém permite compreender possíveis leis de regência do crescimento populacional.

A taxa de fecundidade é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo, mantidas constantes as taxas observadas na referida data. Também pode ser definida como: o número médio de filhos por mulher em idade de procriar, ou seja, de 15 a 45 anos.

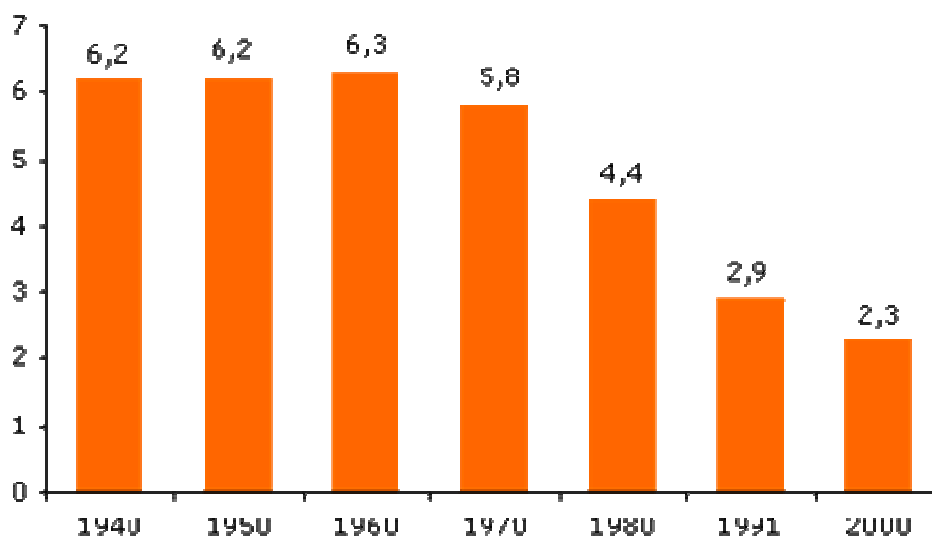
No Brasil, o registro mais antigo disponibilizado pelo IBGE data dos anos de 1940, onde a fecundidade era de cerca de 6 filhos por mulher, mantendo-se neste patamar até o final da década de 1960. A partir da década de 1970 este número passou a sofrer elevada redução diante dos números até então evidenciados, passando para 4,5 no final da década de 1970 e, a partir da década de 1990, ficou abaixo de 3. Em 1970, a mulher brasileira tinha, em média, 5,8 filhos. Trinta anos depois, esta média era de 2,3 filhos, ou seja, ocorreu uma redução superior a 50%. Atualmente, os dados divulgados na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS apontam para uma taxa de fecundidade de 1,8 filhos por mulher, taxa esta bem abaixo do "nível de reposição" (taxa de fecundidade que mantém a população constante no longo prazo), que é de 2,1.

Com este resultado, a fecundidade das mulheres brasileiras está se aproximando, rapidamente, a dos países desenvolvidos, conforme se constata nas figuras e tabelas a seguir.

---

<sup>12</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem da população 1996** - Rio de Janeiro: IBGE, 2 vol., 1997.

<sup>13</sup> HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**; tradução: Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná: 1977



**Figura 1: Taxa de Fecundidade no Brasil 1940-2000**

Fonte: Elaborado pelo autor. FDB: Censo Demográfico 2010, Fecundidade e Mortalidade Infantil, Resultados Preliminares da Amostra, IBGE, 2010.

Do ano 2000 em diante a taxa de fecundidade continuou apresentando decréscimo, como observado na Figura 1, atingindo um número inferior a 2, a partir de 2006.

O efeito que acede o claro declínio da fecundidade conforme identificado na figura 1 é a queda no ritmo do crescimento populacional. Segundo o IBGE, a taxa média de crescimento da população<sup>14</sup> vem mostrando uma tendência regular ao declínio desde a década de 60 (em 1960 a taxa foi de 2,89%, em 1970 foi de 2,48%, caindo para 1,93% em 1980). Porém, mesmo com a evidência da queda da taxa de fecundidade total (TFT)<sup>15</sup> no Brasil, a taxa de crescimento da população não declinou na mesma proporção. Pois como a população brasileira é considerada uma população fechada<sup>16</sup>, a taxa de crescimento é a resultante da diferença entre a taxa bruta de natalidade (TBN) e a taxa de mortalidade (TBM).

Fugindo dos parâmetros unicamente demográficos, encontramos na obra de Marx<sup>17</sup>, que a acumulação capitalista sempre produz uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. Esta é a chamada lei da população peculiar ao modo de produção capitalista. Esta “população supérflua” constitui o exército industrial de reserva que pode ser flutuante (ligada ao ciclo), latente (relativo à penetração do capital no campo), estagnada (o que hoje em dia chamamos de precarização do trabalho) e o mais profundo sedimento, relacionado, por exemplo, à indigência. Por isso, conclui Marx, que a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem

<sup>14</sup> Percentual médio de incremento anual da população.

<sup>15</sup> Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao final do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

<sup>16</sup> Devido o pequeno impacto decorrente de imigrações atualmente.

<sup>17</sup> MARX, Karl. **O Capital: Contribuição à crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. P.731

dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é a lei da população peculiar ao modo de produção capitalista<sup>18</sup>.

## 2. POLÍTICAS DE CONTROLE E PLANEJAMENTO FAMILIAR

A população representa simultaneamente um conjunto de produtores e um conjunto de consumidores, fornecendo a indicação da capacidade produtiva de uma determinada sociedade e também configurando os limites do seu poder de consumo.

O crescimento da população infinitamente num espaço finito, inegavelmente seria defrontado por problemas insolúveis. Mais cedo ou mais tarde a fertilidade e a mortalidade devem chegar a um equilíbrio. No entanto, o problema irrevogavelmente irrompe: mais cedo ou mais tarde? Durante o período em que o desenvolvimento transcorre, dadas certas condições que podem ou não estar presentes na economia brasileira, “mais tarde” pode ser preferível a “mais cedo”. Embora isso pareça apenas um problema de tempo, é obviamente bem importante o momento em que uma nação decide tentar impedir que sua população cresça mais. Como exemplo, não é a mesma coisa se a tentativa ocorrer quando a população for de 20 milhões ou se decide quando a população terá atingido seus 40 milhões. Deve ser salientado que a oportunidade de crescimento natural acelerado da população aparentemente não se oferece mais que uma vez em cada país, que é quando o decréscimo da mortalidade não é acompanhado por uma redução da fertilidade<sup>19</sup>. No tocante ao país decidir controlar sua população, as políticas populacionais correspondem a intenções e ações do Estado e de instituições variadas visando a alterar, em um dado momento do tempo, as tendências dos fatores demográficos dinâmicos e influenciar, desta maneira, o número, a composição e a distribuição da população<sup>20</sup>.

E segundo o Dicionário de Economia<sup>21</sup>, a política populacional é:

Conjunto de procedimentos que objetivam alterar elementos da dinâmica populacional, ou seja, as taxas de natalidade, mortalidade e migração. Esses procedimentos visam basicamente ao tamanho da população e a sua distribuição etária e geográfica, procurando integrá-lo às metas de desenvolvimento do país. Na maioria dos casos, entretanto, a política populacional está ligada quase exclusivamente ao controle da natalidade. O interesse pela questão é devido ao crescimento demográfico acelerado constatado em determinadas regiões, especialmente as subdesenvolvidas (...). No Brasil, não há uma política populacional clara, embora se observe uma tendência pró-natalista em várias leis, como a do salário-família, as de proteção da trabalhadora gestante, as do auxílio-natalidade e auxílio-maternidade, e a proibição do aborto.

---

<sup>18</sup> MARX, Karl. **O Capital: Contribuição à crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. P.732

<sup>19</sup> SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 3ª Ed.— São Paulo: 1980.

<sup>20</sup> CAMARGO, Cândido Procópio F. **Política populacional no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3, Vitória, ES, 1982. Anais... PP.85-100 São Paulo: ABEP, 1982

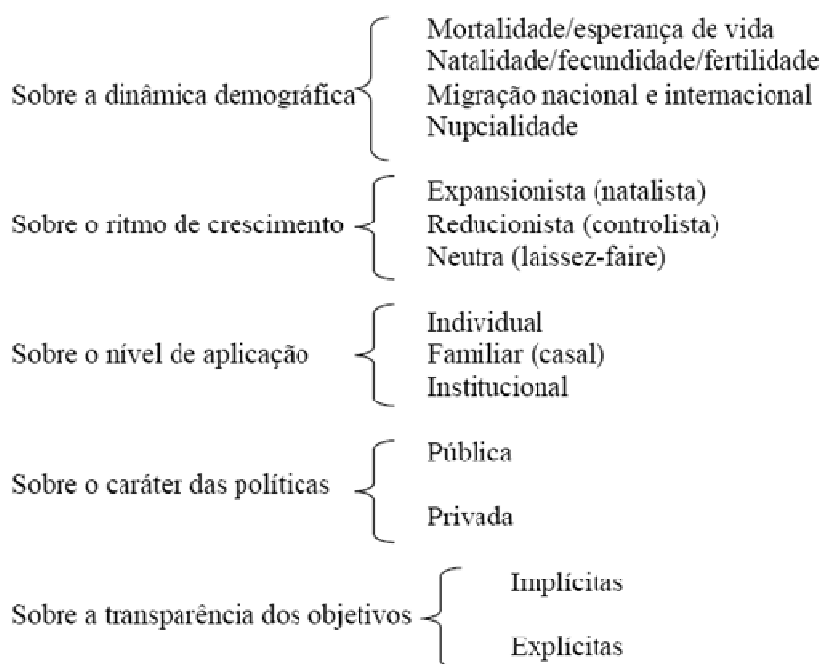
<sup>21</sup> **DICIONÁRIO DE ECONOMIA**, São Paulo, Abril cultural, 1985.



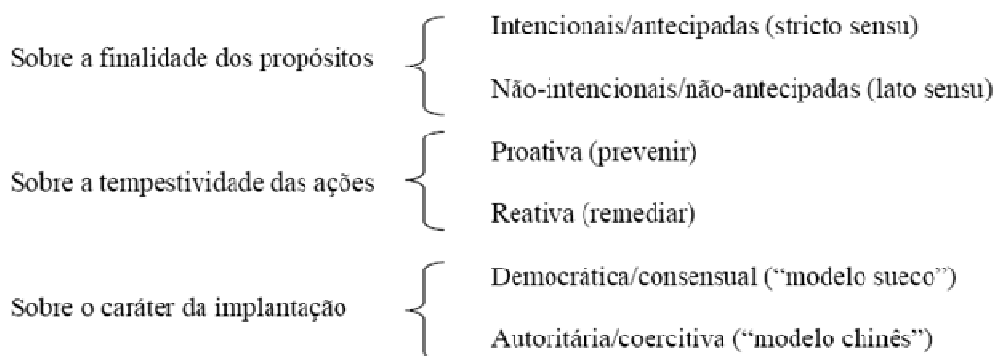
As políticas populacionais têm a ver com quem manda, por que manda e como manda. Elas não são abstratas, mas sim sociais e históricas, deixando assim evidências de que as ações políticas possuem uma intensa carga doutrinária e ideológica. Neste sentido,

numa primeira aproximação, podemos definir as políticas populacionais como sendo aquelas ações (proativas ou reativas) realizadas por instituições (públicas ou privadas) que afetam ou tentam afetar a dinâmica da mortalidade, da natalidade e das migrações nacionais (e/ou internacionais), ações essas que buscam influenciar as taxas de crescimento demográfico (positivo ou negativo) e a distribuição espacial da população. As políticas populacionais podem ser intencionais ou não-intencionais, explícitas ou implícitas, demográficas ou autoritárias e podem ser definidas ao nível macro-institucional ou micro (indivíduos e famílias). Elas sintetizam poder, conflitos e finalidades<sup>22</sup>.

Evidentemente, nem sempre as questões relacionadas às políticas populacionais estão colocadas de maneira clara na legislação, pois mesmo sendo posta uma neutralidade em relação às metas demográficas a serem alcançadas, as políticas sociais aplicadas no país, em um sentido ou outro, possuem algum efeito sobre a dinâmica demográfica. Para exemplificar isso, a figura 2 apresenta um esboço da abrangência, do caráter, dos meios e dos níveis das políticas populacionais.



<sup>22</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz. **As políticas populacionais e o Planejamento Familiar na América Latina e no Brasil** – Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006.



**Figura 2: Políticas Populacionais**

Fonte: Alves, 2006

Na história contemporânea do Brasil, as políticas populacionais aparecem no governo Vargas (1930-1945), onde foram implantadas políticas sociais que, de forma intencional ou não, tinham objetivos pró-natalista. Mas além da política social, houve uma legislação claramente anti-controlista<sup>23</sup>.

Com a tomada do poder em 1964 pelos militares, o governo adotou uma política pró-natalista. A doutrina da Segurança Nacional, adotada pelo regime militar no período 1964-1970, assegurou a posição natalista, incluindo expectativas quanto ao crescimento demográfico e o preenchimento dos espaços vazios de regiões a serem colonizadas<sup>24</sup>.

A postura pró-natalista brasileira mostrava-se presente na cultura nacional<sup>25</sup>, coloca que, dessa forma, pode-se observar que as elites brasileiras, até o início da década de 1970, não viam o alto crescimento populacional como um obstáculo ao crescimento econômico.

Neste ínterim, as agências internacionais influenciaram na evolução dos estudos populacionais no Brasil,

Impulsionado, em parte, pela preocupação internacional com o crescimento populacional e pelos recursos colocados na nossa disposição. Os organismos internacionais queriam influenciar a questão populacional no Brasil optaram por um de dois caminhos. A Usaid e o FUNAP (até a conferência do Cairo) aliaram-se principalmente às entidades que promoviam o planejamento familiar e, por esse caminho, a redução da fecundidade. A Fundação Ford, a Organização Pan-Americana de Saúde, o population Council e a Fundação Rockefeller<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> ROCHA, M. Isabel Baltar. **O parlamento e a questão demográfica**: um estudo do debate sobre o controle da natalidade e planejamento familiar no Congresso Nacional, Campinas, TextoNepo 13, 1987.

<sup>24</sup> CANESQUI, Ana M. **Planejamento Familiar**. Campinas, Revista Brasileira de Estudos de População, v.2 n.2, jul/dez, PP. 1-20, 1985.

<sup>25</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz. **As políticas populacionais e o Planejamento Familiar na América Latina e no Brasil** – Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006

<sup>26</sup> MARTINE, George. **O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil**: notas preliminares. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 22. n.2, São Paulo jul/dez. 2005

Oficialmente, o governo brasileiro não tinha uma política pública disciplinando a dinâmica demográfica, então os organismos internacionais acima citados, entraram com a teoria neomalthusiana. Essa teoria enfatizava a importância de mudanças estruturais como pré-condição para mudanças no comportamento reprodutivo e nos níveis de fecundidade, sendo apoiada pelos esforços bilaterais e multinacionais para controlar a fecundidade dos países pobres. Baseado em estudos da Escola de Princeton, bem como outros que apontavam para um provável aumento acelerado do crescimento populacional, os perigos que este representava, surgindo aí a formulação clássica daquilo que viria a ser chamado de neomalthusianismo<sup>27</sup>.

Durante o período mais duro do regime militar, as questões populacionais, especialmente aquelas relacionadas com o controle da fecundidade, tornaram-se bastante delicadas em fins da década de 1960, quando os jornais e alguns deputados acusaram grupos estrangeiros de estarem pressionando o Brasil para adotar alguma forma de programa nacional de planejamento familiar<sup>28</sup>.

O fato de que a visão neomalthusiana era muito simples e atraente, tanto para o público como para os políticos dos países desenvolvidos, acabou gerando uma cruzada global a favor da redução da fecundidade<sup>29</sup>. Mesmo assim, no Brasil, o governo mantinha-se oficialmente favorável à tese de que não havia problema de super população, e afirmaria:

A política demográfica brasileira é do domínio soberano do governo do Brasil. O governo não aceitará interferência de caráter oficial ou privado na sua política demográfica [...] O controle demográfico é uma decisão do núcleo familiar, o qual, a esse respeito, não deve sofrer interferência governamental. A capacidade de recurso ao controle da natalidade não deve ser um privilégio das famílias abastadas e, por isso, cabe ao Estado proporcionar as informações e os meios que possam ser solicitados por famílias de recursos reduzidos<sup>30</sup>.

O debate sobre a questão populacional entra em voga com a crise econômica de 1983, em que o presidente João Figueiredo<sup>31</sup>, com forte conotação neomalthusiana, expõe que:

A explosão demográfica ocorre, sobretudo, nos países menos desenvolvidos, onde se comprimem cerca de dois terços da população mundial. No Brasil, nos últimos quarenta anos, o aumento demográfico ultrapassou 50 milhões de habitantes. Este crescimento humano, em termos explosivos, devora, como se tem observado, o crescimento econômico, agente da estabilidade; acarreta desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos que reclamam profunda meditação<sup>32</sup>.

O Ministério da Saúde no Brasil foi ágil, enquanto os parlamentares procuravam dar uma roupagem nova ao controle de natalidade, o Ministério, contando com

---

<sup>27</sup> MARTINE, George. **O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil**: notas preliminares. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 22. n.2, São Paulo jul/dez. 2005

<sup>28</sup> MERRICK, T.W / GRAHAM, D. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981

<sup>29</sup> MARTINE, George. **O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil**: notas preliminares. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 22. n.2, São Paulo jul/dez. 2005

<sup>30</sup> FONSECA SOBRINHO, D. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e FNUAP, 1993.

<sup>31</sup> João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999) foi um político e militar brasileiro, tendo sido o 30º Presidente do Brasil de 1979 a 1985.

<sup>32</sup> FONSECA SOBRINHO, D. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e FNUAP, 1993.

um grupo de médicos de longa tradição progressista e com a colaboração do emergente movimento das mulheres, deu início ao Programa de Assistência à Mulher (PAISM). Os autores ainda sustentam que a implantação do PAISM foi consequência de uma compreensão do planejamento familiar como um dos componentes da saúde da mulher<sup>33</sup>.

A questão da regulação da fecundidade no Brasil é contaminada por ideologias que refletem diferentes projetos sociais e atitudes e perspectivas de posicionamentos políticos. que,

no nível macro, existe uma dicotomia entre natalistas e controlistas. Os primeiros que sempre predominaram na história brasileira consideram que a população deve continuar crescendo e que ao invés de limitar a população precisamos acelerar o desenvolvimento. Já os controlistas e neomalthusianos consideram que o alto crescimento populacional prejudica o desenvolvimento econômico, dificulta o combate à pobreza, podendo provocar impactos nocivos ao Meio Ambiente<sup>34</sup>.

O debate entre controlistas versus não-controlistas, geralmente neomalthusianos, tendenciosamente possui um teor ideológico. E no caso brasileiro parece designado o planejamento familiar a uma demanda de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar o acesso necessário aos serviços e à informação e orientação. No Brasil existem, nos diferentes níveis de governo, vários programas focados na atenção à saúde reprodutiva, incluindo a informação e distribuição de meios necessários à regulação da fecundidade. Estes programas ocorrem em um contexto de aceleradas mudanças sociais, econômicas e culturais, no Brasil e no mundo, em conjunto com o aperfeiçoamento da medicina ligada à saúde reprodutiva, grandes responsáveis pelo rapidíssimo declínio das taxas de fecundidade<sup>35</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da população infinitamente num espaço finito, inegavelmente seria defrontado por problemas insolúveis. Marx afirmou que, na medida em que aumenta a acumulação de capital, tem-se o aumento dos investimentos em capital constante (máquinas, equipamentos, etc.) relativamente maior do que em capital variável (salários) na medida em que os capitalistas objetivam o lucro e buscam reduzir seus custos (salários) ou aumentar a taxa de exploração da classe trabalhadora. No processo ocorre o permanente aumento da composição orgânica do capital e a classe trabalhadora vai produzindo, a si mesma, como

---

<sup>33</sup> BRITO, Fausto / CARVALHO, José Alberto Magno de. **A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios**. Revista brasileira de Estudos de População, São Paulo – SP, vol. 22, n. 2, jul./dez., p.351-369 -2005.

<sup>34</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz. **As políticas populacionais e o Planejamento Familiar na América Latina e no Brasil** – Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006

<sup>35</sup> BRITO, Fausto / CARVALHO, José Alberto Magno de. **A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios**. Revista brasileira de Estudos de População, São Paulo – SP, vol. 22, n. 2, jul./dez., p.351-369 -2005.

classe supérflua. Isto significa que para Marx a acumulação de capital necessita cada vez menos de trabalho vivo. O capital, que é uma relação social historicamente definida e contraditória, cria uma população de acordo com suas necessidades.

Na contemporaneidade este crescimento populacional foi permeando o surgimento das políticas populacionais, que não são abstratas, mas sim sociais e históricas, e deixam assim evidências de que as ações políticas possuem uma intensa carga doutrinária e ideológica. Evidentemente, nem sempre as questões relacionadas as políticas populacionais estão colocadas de maneira clara na legislação, mesmo sendo posta uma neutralidade em relação as metas demográficas a serem alcançadas, as políticas sociais aplicadas no país, em um sentido ou outro, possuem algum efeito sobre a dinâmica demográfica. No Brasil estas políticas aparecem com o surgimento do neomalthusianismo no Brasil, ocorre a partir da década de 60, O fato de que a visão neomalthusiana era muito simples e atraente, tanto para o público como para os políticos dos países desenvolvidos, acabou gerando uma cruzada global a favor da redução da fecundidade em favor da redução do crescimento populacional e posteriormente associando os Impactos ambientais desse crescimento demográfico.

Na mesma relação muitos autores abordam a questão neomalthusiana como uma acepção da preservação que sempre caracterizou o discurso elitista do controle populacional por métodos coercitivos, e que continua balizando as políticas de planejamento familiar.

As teorias da população de Malthus e Marx são diametralmente opostas. Na malthusiana, idealista, a dinâmica da população é determinada subjetivamente sendo seus determinantes de caráter individual e principalmente moral. Na Marxista, materialista, a dinâmica depende dos elementos do processo histórico objetivo: a luta de classes, a produtividade do trabalho, a composição orgânica do capital, a acumulação de capital e suas contradições.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. **As políticas populacionais e o Planejamento Familiar na América Latina e no Brasil** – Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006.
- BRITO, Fausto / CARVALHO, José Alberto Magno de. **A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios**. Revista brasileira de Estudos de População, São Paulo – SP, vol. 22, n. 2, jul./dez., p.351-369 -2005.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. **Política populacional no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3, Vitória, ES, 1982. Anais... PP.85-100 São Paulo: ABEP, 1982.
- CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. Publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 18ª edição. São Paulo. 1981
- CANESQUI, Ana M. **Planejamento Familiar**. Campinas, Revista Brasileira de Estudos de População, v.2 n.2, jul/dez, PP. 1-20, 1985.
- DICIONÁRIO DE ECONOMIA**, São Paulo, Abril cultural, 1985.

FONSECA SOBRINHO, D. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e FNUAP, 1993.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**; tradução: Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná: 1977

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem da população 1996** - Rio de Janeiro: IBGE, 2 vol., 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#populacao](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao)> Acessado em: 01 de maio de 2011.

KAPITZA, Sergey P. **Global Population Blow-up and After: The Demographic Revolution and Sustainable Development**. Bulletin of the Georgian National Academy of Sciences, vol. 3, no. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org>> Acessado em: 05 de março de 2011.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a população**. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo – SP, 1996.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua aplicação prática**. Traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo – SP, 1996.

MARTINE, George. **O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil**: notas preliminares. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 22. n.2, São Paulo jul/dez. 2005

MARX, Karl. **O Capital: Contribuição à crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. P.731

MENDONÇA, Cláudio. **Crescimento, Fecundidade e outros dados demográficos**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u19.jhtm>> Acessado em: 05 de maio de 2011.

MERRICK, T.W / GRAHAM, D. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981

ROCHA, M. Isabel Baltar. **O parlamento e a questão demográfica**: um estudo do debate sobre o controle da natalidade e planejamento familiar no Congresso Nacional, Campinas, Texto Nepo 13, 1987.

SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 3ª Ed.– São Paulo: 1980.

SIMIELLI, Maria Elena. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2000.